



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA GOMES
CNPJ: 23.073.688/0001-09

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJC

PARECER Nº 011/2025 – CCJC/CMFG

Interessado: Poder Executivo Municipal

Proposição: Projeto de Lei nº 011/2025-PMFG

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir o imóvel que especifica e dá outras providências.

1. RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após análise do Projeto de Lei nº 011/2025-PMFG, que "Dispõe sobre autorização ao Executivo Municipal para aquisição de terreno urbano que menciona e dá outras Providências," manifesta-se favoravelmente à sua aprovação. O projeto foi protocolado em 19 de setembro de 2025, na Câmara Municipal de Ferreira Gomes.

A proposta do Executivo Municipal busca autorização para adquirir, seja por compra e venda ou desapropriação, um terreno urbano pertencente a José Ribamar Fernandes Monteiro. O imóvel, localizado na Rua Leonor Pereira de Souza, no bairro Triângulo da Vitória, possui uma área de 103.210,00 m². A prefeitura pretende pagar um valor de até R\$ 445.000,00, conforme avaliação mínima da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP). O pagamento será efetuado no momento da assinatura da escritura pública.

A finalidade da aquisição é a construção de Habitação de Interesse Social do Ministério das Cidades, com o objetivo de atender famílias de baixa renda e que não possuem moradia própria. O projeto justifica a ação como uma prioridade da gestão para investir no déficit habitacional do município. Além disso, a localização do terreno foi selecionada por atender às exigências do Ministério das Cidades, estando próximo a serviços públicos como escolas, CRAS e UBS, além de áreas de comércio.

O Laudo de Avaliação do imóvel, emitido pela engenheira civil Júlia Ramos em 12 de setembro de 2025, estimou o valor de mercado do terreno em R\$ 662.000,00. O valor proposto pela prefeitura está abaixo dessa avaliação, mas a lei proposta estabelece um valor máximo de R\$ 445.000,00.

As despesas relacionadas à aquisição e escrituração do terreno serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, com a possibilidade de suplementação se necessário. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) é o órgão responsável pela ação, que está classificada como "Desapropriação e Indenização de Áreas Urbanas e Rural". A fonte de recursos será a 1500, classificada como "Recursos não Vinculados de Impostos".

2. Conclusão e Voto

Diante da análise de mérito e da constitucionalidade do projeto, a comissão entende que a iniciativa atende ao interesse público e à necessidade de solucionar o déficit

PODER LEGISLATIVO
End. Av. Luzia Serra Cavalcante Nº 174, Bairro Central De Ferreira Gomes
Ano 2025



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA GOMES
CNPJ: 23.073.588/0001-09

habitacional em Ferreira Gomes. Portanto, este órgão colegiado considera a proposta legal, justa e necessária para o desenvolvimento social do município, e emite um parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2025.


VER. ALCEU SERRA RABELO
Presidente/Relator CCJC


VER. ARLAN PATRICIO MOREIRA
RODRIGUES
Secretário CCJC


VER. ARLEI BATISTA FERREIRA ISACKSSON
Membro CCJC

